

As discussões acerca dos currículos da educação de jovens e adultos na busca do currículo integrado

Ana Cabral Sá de Paiva*

Resumo

As questões referentes à organização do currículo, como o elenco dos conteúdos a serem trabalhados nas diversas modalidades de ensino, segmentos e anos de escolaridade da Escola Básica no Brasil, a partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ganham sentidos ampliados, tendo em vista a ênfase dada pela nova legislação educacional à função social da escola. O presente artigo, ao focar como tema central, os currículos da EJA, buscou discutir uma realidade, que mesmo sendo objeto de críticas, continua reproduzindo a fragmentação e a descontinuidade que marca os modelos curriculares em vigor na Educação de Jovens e Adultos. A intenção foi apresentar saídas superadoras da concepção curricular compartimentalizada dos conteúdos, como ainda ocorre com a EJA, tomando por base a proposta do currículo integrado do PROEJA.

Palavras-chave: Currículo. Cultura. Currículo integrado. Articulação dos conteúdos.

Abstract

The issues relating to the organization of the curriculum, as the list of contents to be worked in the various forms of education, segments and years of schooling of the Basic School in Brazil, from the new Law of Directives and National Education Bases, won senses extended, in view of the emphasis new educational

* Pós Graduada em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira e Pós Graduada em Trabalho e Educação e o Mundo da Educação Profissional e Tecnológica, pelo IF Fluminense/2009.

legislation the social function of school. This article to focus as central theme, the curricula of ADULT EDUCATION, sought discuss a reality, that even with object of criticism, continues reproducing the fragmentation and discontinuity that mark the curricular models in force, in the education of young people and adults. The intention was to present exits superadoras curricular design that compartimentaliza content, as still happens with the EJA, based on the proposal of an integrated curriculum of PROEJA.

Key-word: *Curriculum. Culture. integrated Curriculum. Articulation of content.*

Introdução

O currículo no Brasil sempre se constituiu em temática distanciada do cotidiano dos professores, aprisionado aqueles que estavam nos gabinetes dos órgãos públicos ligados à Educação. A prática de organização curricular imposta pelos técnicos em educação, ao longo da história da Educação Brasileira, acabou por impor modelos curriculares importados de outros países, dentro da lógica da subserviência. Nos anos 90, com o mundo vivendo rápidas e aceleradas transformações, os currículos escolares voltam ao centro das discussões.

Analisar o currículo sob o ponto de vista da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é de certa forma enfrentar questões polêmicas e complexas, tendo em vista ser esta uma modalidade de ensino com características bastante diferenciadas dos demais segmentos. Por outro lado, as críticas atuais aos currículos compartimentalizados da EJA, tornam-se pertinentes quando a realidade aponta a reprodução de um modelo curricular responsável pela “expulsão” desses jovens e adultos da escola regular pela qual um dia passaram em sua história escolar.

O objetivo das análises e discussões deste breve estudo que parte da pesquisa bibliográfica e qualitativa, estão centrados nas críticas aos currículos escolares em vigência na EJA e às possibilidades de um currículo real, integrador de conteúdos das disciplinas, na perspectiva da dinâmica do conhecimento que articula saberes científicos e acadêmicos com os saberes culturais, tácitos, tecidos ao longo da vida dos jovens e adultos.

Além dos autores que abordam as questões da EJA, como Ventura (2001), Paiva (2006), Moura (2008), estudiosos do currículo, como Moreira (2002), Oliveira (2002), Santos (2008) situam-se como referências importantes nas análises acerca da organização curricular na EJA.

A intenção é possibilitar que através de um olhar crítico sobre a pluralidade das questões que envolvem o currículo da EJA, seja possível alcançar a concepção do currículo integrado, bem como das experiências neste campo, que vêm sendo empreendidas por políticas públicas voltadas para qualificação dos jovens e adultos.

A organização curricular na EJA: um breve histórico

A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, encontra-se marcada pelo descaso do poder público, com a clientela dos sujeitos sociais, que na faixa etária correta da escolaridade regular, abandonaram a escola em determinado momento, movidos por inúmeras razões, retornando à escola, já na fase juvenil e adulta.

Desde os anos 30 quando se aconteceram as Campanhas de Alfabetização, até os dias atuais, quando o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Jovens e Adultos – é o grande salto para a inclusão social pela via do trabalho qualificado, o ensino dos jovens e adultos brasileiros ampliou-se de forma significativa.

A partir deste momento a EJA fixou suas ações no processo de Alfabetização que se sucederam ao longo das décadas de 40 e 50, do século XX, culminando com o MOBREAL, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, na fase da ditadura militar, de 1967 a 1985, com o objetivo de “erradicar” o analfabetismo. De lá para cá, muitos outros programas se sucederam na área da Alfabetização de Adultos, sendo o mais recente “O Brasil Alfabetizado”, criado em 2003.

Essas tentativas, na verdade não deram conta do problema do analfabetismo, pois apresentavam uma logística que não primava pela qualidade no atendimento a esta clientela, sendo este fato marcante na medida em que trouxe variados problemas para o ensino de jovens e adultos.

Sobre isto, Jane Paiva (2006) comenta:

Essas iniciativas demonstram que a EJA esteve sempre atrelada a projetos assistencialistas e compensatórios, uma vez que, as experiências dessa modalidade de ensino tem se dado muito na perspectiva de cursos noturnos em horários ociosos de Escolas Públicas de Ensino Fundamental ou mesmo da rede privada, com estrutura insuficiente para abrigar o público de jovens e adultos (p.3).

Um dos marcos na história da EJA é o Congresso de 1958, no qual se destaca a figura de Paulo Freire, que através de um importante relatório, traça as diretrizes do que ele concebia como uma educação humanizadora na busca da emancipação dos jovens e adultos brasileiros. É a partir deste ponto, que muitos movimentos e lutas surgiram, todos buscando trazer a cultura desses sujeitos marginalizados da escolarização, para o eixo dos currículos e programas. A década de 60, apesar do golpe militar de 64, que instaurou um regime de exceção, foi próspera, com as MEB (Movimentos de Educação de Base) que sobreviveram com o apoio da Igreja Católica, além de pequenos grupos isolados pelo país afora que investiam no ensino de jovens e adultos.

Com o advento da Constituição de 1988, que pregava a universalização do ensino para todos, as políticas públicas tiveram que voltar seu olhar para as populações que tiveram sua trajetória escolar interrompida, tornando-se, conforme nomenclatura de Ventura (2001), em marginalizados culturais.

Em 1996, a Nova LDB (Lei 9394/96) dentro da lógica de que cabe à escola “o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39), dá lugar de destaque à EJA, mas ainda sob o enfoque de Educação Compensatória, o que se traduziu na prática, como bem explicita Sonia Rummert (2002) numa educação de segunda classe.

Neste sentido, os currículos foram adaptados a partir do currículo do Ensino Fundamental e Médio, regulares, de forma grosseira e quase sempre equivocada sob o olhar da redução adaptada de conteúdos, e o que é mais grave, seguindo a mesma lógica da compartimentalização e fragmentação dos conteúdos das disciplinas.

O Decreto nº. 2.208/97, que até 2004 regulamentou a educação profissional, trouxe alterações importantes para a EJA, já citando, as transformações tecnológicas e seus reflexos no novo mundo do trabalho e referindo-se à educação permanente do aluno trabalhador.

No ano de 2000, o Parecer CNE / CEB, de nº. 11/2000 diz textualmente:

A nova formulação legal da EJA no interior da educação básica, como modalidade do ensino fundamental e sua inclusão na ótica do direito, como direito público subjetivo, é uma conquista e um avanço cuja efetivação representa um caminho no âmbito da colaboração recíproca e na necessidade de políticas integradas (BRASIL, 2000, p.53).

O Parecer de 2000 avança, conforme sinaliza Fernandes (2004), na medida em que aborda a questão da qualificação dos professores, apontando

para a superação da visão assistencialista da EJA e abrindo espaços para as discussões em torno da necessidade de um programa, que qualifique os jovens e adultos que concluem o Ensino Médio, sem ter uma especialização técnica que promova a inclusão no mundo do trabalho.

Quando em 24/06/2005, o PROEJA é criado através do Decreto nº. 5.478, com oferta de educação profissional técnica de nível médio, as discussões sobre o Currículo Integrado retornam ao centro das discussões na educação de Jovens e Adultos.

Currículo e Cultura: uma articulação indispensável à seleção e organização dos conteúdos

Os estudos sobre o currículo nos anos 70 e 80 apontam para uma forte crítica ao modelo tradicional, fundada em realidades diferentes da brasileira e com base no olhar eletista das classes dominantes. Conforme analisa Thomas Tadeu da Silva (2005), os chamados modelos tradicionais, que engloba tanto os técnicos quanto os progressistas de base psicológica passam a ser contestados. Na verdade, eles buscavam uma adaptação à realidade sociopolítica e econômica das sociedades, revelando pouca preocupação com a aprendizagem dos alunos.

Quando surge no panorama das discussões curriculares, os anos 70, as teorias críticas, o currículo começa a ser pensado a partir do olhar social. Entre os pensadores que pertencem ao quadro da teoria crítica segundo Silva (2005) estão: Paulo Freire (1970), Althusser (1970), Pierre Bourdieu e Passeron (1970), Brasil Bernstein (1971), Michel Apple (1980) entre tantos outros.

A questão central das discussões envolve o tema de ideologia presente na organização dos conteúdos que perpassa desde os conteúdos específicos até a fala do professor e o discurso escolar, transmitindo uma concepção de sociedade de vida, de homem, que envolve todo o processo de construção dos saberes.

Por outro lado, as vertentes críticas de base fenomenológica fazem a crítica à ausência do cotidiano dos alunos, suas vivências, história de vida e olhares não privilegiados nos currículos, que têm como modelo, as visões e representações das classes dominantes.

Apple (1980) um dos teóricos da linha crítico – reflexiva do currículo é um dos mais fecundos no dizer da relação currículo-Educação. Para ele essa relação envolve uma dedicação de natureza humana e isto não pode ser esquecido, pois o currículo não é um campo neutro, ao contrário, ele reflete interesses de classe e sobretudo, um modelo de homem e de educação.

Nesta perspectiva de análise, ele lança mão do conceito de hegemonia de Gramsci, situando o campo do currículo, como contra-hegemônico, na medida em que, quando comprometido com os alunos de todas as classes, o currículo busca atender ao conhecimento como direito de todos e não somente de um grupo privilegiado.

Mas, a relação currículo-cultura, essencial na concepção das teorias críticas e nas teorias que buscam uma organização curricular real, que atenta à diversidade, tem em Henry Giroux um importante representante. Ele ataca a racionalidade técnica e utilitária, a influência positivista e do método científico cartesiano, nas propostas curriculares tradicionais.

Segundo Silva (2005) a visão de Giroux sobre o currículo pode ser sintetizada da seguinte forma:

O currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão dos fatos e conhecimentos objetivos. O currículo é um local onde, ativamente, se produz e se criam significados sociais (...) Esses significados estão estreitamente ligados às relações de poder e desigualdade. (2005, p.55).

Estas novas concepções que associam currículo e cultura, deverão marcar as propostas curriculares a partir da visão de Giroux que vai ser acrescida de novos olhares, pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Sua concepção pedagógica de currículo, tem por base as visões da filosofia humanista em seu sentido lato que, propõe temáticas como “fé no ser humano”, “esperança”, “humildade”, “diálogo”. Ele faz a crítica da “educação bancária”, que diz que, o conhecimento é como um ato de depósito, que vai acumulando na mente do aluno, conteúdos sem qualquer significado para ele, na medida em que não há envolvimento do aluno, pois tais conteúdos encontram-se totalmente distanciados do seu contexto cultural.

Todos esses comentários sobre a relação currículo cultural vão revelar que “o currículo é uma construção social”, pois o conhecimento não é algo fechado, que o aluno memoriza e esquece. O conhecimento só tem sentido, quando produzido no espaço-tempo do movimento da vida, possibilitando que professores e alunos, no convívio da sala de aula se apropriem dos conceitos-chaves das disciplinas, ressignifiquem esses conteúdos à luz de suas vivências.

Um currículo vivo, real, dinâmico, só pode ser concebido a partir do contexto sócio histórico-social dos produtores de conhecimento, pois sem isto, transforma-se no acúmulo de papéis, frios e sem eficácia, na medida

em que os saberes do papel só ganham vida a partir da mediação dos professores e diálogo permanentes entre professores e alunos, que é o que efetivamente transforma as pessoas pelos saberes construídos nos espaços escolares. Aborda a questão da qualificação dos professores, aponta para a superação da visão assistencialista da EJA e abre espaços para as discussões em torno da necessidade de um programa que qualifique os jovens e adultos, e que concluem o Ensino Médio sem ter uma qualificação técnica que promova a inclusão no mundo do trabalho.

Quando em 24/06/2005 o PROEJA é criado através do Decreto nº.5478, com oferta de educação profissional técnica de nível médio, as discussões sobre o Currículo Integrado retornam ao centro das discussões na educação de jovens e adultos.

Recortes sobre o currículo no ensino de jovens e adultos: contradições e conquistas

Quando se fala da organização curricular, diz-se de um currículo que privilegia, desde os tempos da Idade Média, para não falar da Antiguidade Clássica, uma arrumação das disciplinas na forma estanque e fragmentada. Esta concepção curricular que sobrevive aos tempos das tecnologias informacionais dos estudos acerca da inter e transdisciplinaridade e até mesmo da globalização cultural que derruba as barreiras das culturas, até então isoladas, já não cabe, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos.

As críticas a este modelo são muitas, como comprovam as palavras de Oliveira (2004) quando comenta:

(...) a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento, e a da organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinarista, que dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas e os saberes anteriormente tecidos pelos educando e os conteúdos escolares (2004, p.103).

Esta crítica tem fundamento, quando as reflexões se voltam para a educação de jovens e adultos, cuja clientela já vivenciou experiências escolares semelhantes as que são oferecidas atualmente na EJA, sem sucesso. Nessa perspectiva, o documento oficial (2001), que traça os currículos da EJA, considera a importância de inverter esta lógica, sendo que um dos caminhos sugeridos é “a identificação das capacidades, competências ou

habilidades” (p.114) vistas como indicadores para uma proposta pedagógica capaz de organizar conteúdos nos vários âmbitos do conhecimento, fixando tempos e espaços.

Segundo o parecer do MEC, no direcionamento de uma nova proposta curricular para a EJA, encontra-se a questão central da cidadania como forma de participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis, sociais, sem as quais é impossível formar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Esta vertente da Educação de jovens e adultos, envolve uma postura crítica diante dos conteúdos curriculares.

Por outro lado, conforme sinaliza Moura (2005), os desafios são muitos, tendo em vista que jovens e adultos trabalhadores possuem um saber tácito, que necessita ser transformado em “saber científico”, mas que a grande maioria dos professores não sabe como fazer esta mediação, aproveitando estudos e vivências já realizados. Permanecer preso a estudos fechados e submetidos aos currículos prontos não é o melhor caminho na retomada da escolaridade por esta clientela.

O próprio documento da EJA (MEC, 2001), ao abordar as questões referentes aos currículos propostos para os segmentos da Educação de jovens e adultos, considera que, para alguns educadores, não há razão para reproduzir, num processo de educação de jovens e adultos, os conteúdos de ensino e estrutura da educação formal, regular, tradicional, pensadas para alunos na faixa etária dos 7 aos 17 anos.

Para outros educadores, conforme acentua ainda o documento EJA / MEC, é fundamental trabalhar a partir dos conhecimentos dos alunos. Neste sentido currículos fechados acabam por retirar as ações que valorizam os saberes construídos em sua vivência, e que são essenciais para a inclusão social dos alunos da EJA.

Todas as discussões realizadas sobre o currículo mostram que é urgente a realização de uma revolução curricular, capaz de promover uma efetiva integração entre os saberes tácitos construídos pelos jovens e adultos fora do ambiente escolar e os saberes básicos e fundamentais ao seu desenvolvimento intelectual e acadêmico.

Nesse sentido, a busca do planejamento integrado nos moldes de uma educação voltada para a articulação entre teoria e prática surge como uma saída para os impasses curriculares da Educação de Jovens e Adultos.

O planejamento integrado na EJA: uma abordagem curricular diferenciada

Quando as análises acerca da seleção e organização dos conteúdos do currículo atingem a modalidade de ensino da EJA, as discussões se voltam para a inadaptação destes currículos para a clientela de jovens e adultos.

Sobre esta questão, que envolve o currículo, Frigotto comenta que “o currículo integrado é uma opção capaz de articular o ensino médio e o ensino técnico, como ocorre na perspectiva do PROEJA” (2004). Porém, é necessário, justifica o autor, que tanto educadores, quanto educandos tenham um olhar crítico sobre este currículo.

Jane Paiva (2004) ainda alerta para o fato de que no caso da EJA, é necessário entender o currículo como política cultural. Isso implica pensar em questões de gênero, raça, sexualidade, juventude, violência, tecnologias, trabalho, desemprego, lazer, entre tantas outras.

Uma outra vertente importante no currículo integrado que dá origem ao planejamento integrado diz respeito à incorporação da visão de trabalho como princípio educativo. Trazer o mundo do trabalho para as discussões nas salas de aulas da EJA é de certa forma respeitar este aluno-trabalhador, muitas das vezes sujeito ao trabalho precarizado e alienado. Por outro lado, é possível que o jovem e o adulto se coloquem no contexto das discussões e análises acerca do novo mundo do trabalho.

O texto oficial que fala do currículo integrado no Projovem Urbano, um programa federal voltado para jovens entre 18 e 29 anos, mostra a real dimensão do que seja esta concepção de integração:

Um currículo pode ser integrado ou não, mas hoje, se acredita que a integração seja importante para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Integrar significa inter-relacionar dimensões ou idéias de modo a construir um todo que faça sentido. O trabalho pedagógico com jovens, parte do princípio de que o sujeito aprende realmente quando organiza os conhecimentos de forma própria, relacionando as novidades com o que já sabia. Ele é o sujeito e o protagonista de sua formação como ser humano, cidadão e trabalhador (2009, p.42).

Nesta perspectiva curricular, o planejamento integrado envolve discussões entre os docentes das várias disciplinas específicas acerca de temáticas que são partes dos conteúdos que integram os currículos. Planejar de forma integrada é um projeto inovador possível para a

EJA, desde que professores, sistemas de ensino e responsáveis pelas coordenações pedagógicas entendam, que no mundo da informatização e da universalização de conhecimentos, as fronteiras disciplinares se rompem em nome do saber maior, que promove a dialética entre o geral e o particular, o singular e o plural, entre o todo e as partes, no movimento constante do aprender-a-aprender e do aprender-a-fazer.

Enquanto a EJA estiver atrelada aos currículos tradicionais, repetitivos e reproduzidos da escola regular, jovens e adultos terão dificuldades de inclusão social e sobretudo da real inclusão no novo mundo do trabalho.

Considerações finais

A literatura referente aos currículos da Educação de Jovens e Adultos ganhou destaque nos últimos anos, com as contribuições dos autores sobre os conteúdos do Ensino Médio Profissionalizante Integrado à Modalidade de Jovens e Adultos, pelo PROEJA. Essas discussões possibilitaram que os professores, docentes atuantes na EJA, pudessem discutir e ampliar suas visões pela via da formação continuada.

Contudo, percebe-se, na prática uma tendência à mesmice, à repetição das organizações curriculares tradicionais, o que prejudica, em grande parte, o avanço dos jovens e adultos na direção do verdadeiro conhecimento. O PROEJA abre a possibilidade de saber efetivo, real, contextualizado e capaz de prepará-los para os desafios do novo mundo do trabalho.

O artigo em tela buscou discutir os currículos da EJA na perspectiva dos teóricos que abordam a questão e, neste sentido, reconhece que as dificuldades são muitas, quando se aborda a questão dos currículos integrados ou mesmo do planejamento integrado nas unidades de ensino que trabalham com a EJA.

A crítica maior, com a qual a linha adotada nessas discussões corrobora é a de que a EJA, ao não observar criticamente o “currículo formal” e o “currículo oculto”, acaba por reproduzir conteúdos que encontram-se totalmente alienados da realidade destes jovens e adultos, contribuindo assim para a negação dos direitos de cidadania desta clientela.

Estudar, a partir da oferta de um ensino de qualidade, é direito dos jovens e adultos, estes que a escola regular, associada às desigualdades sociais, um dia, expulsou de suas salas impedindo a continuidade de sua escolaridade básica.

Referências

- APPLE, Michel. *Reflexões sobre o Currículo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto n° 2208 de 17 de abril de 1997*
- _____. *Decreto n° 5478 de 24 de junho de 2005*.
- _____. *Documento Básico da EJA*. MEC, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. LDBEN. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96*. Brasília, 1996
- _____. PROJOVEM Urbano. In: *Manual do Educador*. Brasília: MEC, 2009.
- _____. *Parecer CNE/CEB 11/2000*. Estabelece as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.
- FERNANDES, José. *Qualificação e Formações de Professores*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC. SEMTEC, 2004.
- KUENZER, Acácia (Org). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOREIRA, Antonio Flavio. O currículo em debate. Informativo. *Revista da Educação*, Rio de Janeiro, UFRJ, n 03, 2002.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. [SI]: ANPED, 2007.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Pensando o Currículo na Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- PAIVA, Jane. Concepção curricular para o Ensino Médio na modalidade de jovens e adultos: experiências como fundamento. In: FRIGOTTO; CIAVATTA (Orgs). *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília/DF: MEC. SEMTEC, 2004.

RUMMERT, S.M. *Jovens e Adultos Trabalhadores e a Escola*. A Experiência do Trabalho e a Educação Básica. Rio de Janeiro. DP & Editora, 2002. p.117 - 129.

SANTOS, Enio Serra. *A Educação de Jovens e Adultos: concepções de currículo na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: EDUR; Arco Íris, 2008.

SILVA, Tomás Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo* 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VENTURA, Jaqueline P. *Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2001.

_____. (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em Educação*. Rio: Vozes, 1995.